



Enraizar para permanecer: mulheres, memória e ação política na recuperação de frutos da Mata Atlântica paulistana

Arraigar para permanecer: mujeres, memoria y acción política em la recuperación de la fruta de la Mata Atlántica de São Paulo

E04_01 – Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno

Tania Knapp da Silva

Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade de São Paulo, Brasil
tanjaknapp@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta experiências de três mulheres na recuperação de frutíferas nativas da Mata Atlântica como processo de enraizamento e ação política. O texto reúne elementos a partir de seus relatos para a montagem de uma história agroambiental do extremo Sul da cidade de São Paulo. O objetivo é compreender como suas práticas se articulam a processos de enraizamento e à construção de memórias coletivas do território, utilizando o método de montagem. A pesquisa baseia-se em entrevistas realizadas entre 2023 e 2025, analisadas como resíduos de ação, permitindo identificar fragmentos de histórias que conectam experiências individuais a políticas públicas e contextos socioambientais mais amplos. Marlene integrou o cambuci em seu restaurante e contribuiu para a Rota Gastronômica do fruto; Alice manteve berçários de juçara e desenvolveu iniciativas de ecoturismo; Leila estruturou um instituto de educação ambiental, executou projetos financiados pelo Fundo Especial do Meio Ambiente e consolidou sua propriedade como Reserva Particular do Patrimônio Natural. Embora não tenham vínculos prévios com a região, todas se engajaram na preservação por meio da valorização de espécies nativas, conciliando motivações pessoais com redes institucionais. A análise evidencia que, apesar da relevância de programas públicos e incentivos pontuais, a continuidade das ações depende sobretudo do trabalho cotidiano, dos laços comunitários e do engajamento individual. Suas histórias revelam como políticas ambientais e práticas locais se entrelaçam, transformando iniciativas pessoais em micropolíticas de conservação. Conclui-se que a recuperação de frutíferas nativas atua como chave de enraizamento, conferindo pertencimento e agência política às entrevistadas. Essas trajetórias ampliam a compreensão sobre conservação ambiental em áreas metropolitanas, ressaltando o papel de populações não tradicionais no cuidado com florestas e mananciais urbanos.

Palavras-chave: debate ambiental; mananciais; agricultura; montagem; Parelheiros.

Resumen: Este artículo presenta las experiencias de tres mujeres en la recuperación de frutales nativos de la Mata Atlántica como proceso de enraizamiento y acción política. El texto reúne elementos a partir de sus relatos para el montaje de una historia agroambiental del extremo sur de la ciudad de São Paulo. El objetivo es comprender cómo sus prácticas se articulan a procesos de enraizamiento y a la construcción de memorias colectivas del territorio, mediante el método de montaje. La investigación se basa en entrevistas realizadas entre 2023 y 2024, que se han analizado como residuos de acción, lo que permite identificar fragmentos de historias que conectan experiencias individuales con políticas públicas y contextos socioambientales más amplios. Marlene incorporó el cambuci a carta de su restaurante y contribuyó a la Ruta Gastronómica del fruto; Alice mantuvo viveros de juçara y desarrolló iniciativas de ecoturismo, y Leila estructuró un instituto de educación ambiental, ejecutó proyectos financiados por el Fondo Especial de Medio Ambiente y consolidó su propiedad como Reserva Particular del Patrimonio Natural. Aunque no tenían vínculos previos con la región, todas se comprometieron con la preservación mediante la valorización de especies nativas, conciliando motivaciones personales con redes institucionales. El análisis evidencia que, aunque los programas públicos y incentivos puntuales sean relevantes, la continuidad de las acciones depende sobre todo del trabajo cotidiano, de los lazos comunitarios y del compromiso individual. Sus historias revelan cómo las políticas ambientales y las prácticas locales se entrelazan y transforman las iniciativas personales en micropolíticas de conservación. Se concluye que la recuperación de frutales nativos actúa como una clave de enraizamiento que otorga a las entrevistadas un sentimiento de pertenencia y agencia política. Estas trayectorias amplían la comprensión sobre la conservación medioambiental en las áreas metropolitanas y resaltando el papel de las poblaciones no tradicionales en el cuidado de bosques y manantiales urbanos.

Palabras-clave: debate ambiental; manantiales; agricultura; montaje; Parelheiros.

Introdução

O extremo Sul é uma região historicamente rural, marcada pela invisibilização de seus moradores e por fortes pressões urbanas nas últimas quarenta décadas. Desde os anos 2000 surgiram políticas públicas municipais voltadas para a produção agrícola ecológica como ferramenta de recuperação ambiental e geração de renda. (COURI, 2021; OLIVEIRA, 2017; VALDIONES, 2013) Apesar do recente reconhecimento da sua importância para a cidade e do intermitente investimento público na região, a paisagem cultural rural do extremo Sul persistiu como resultado da agência de grupos sociais comprometidos com o mato, a mata e seus frutos. Essas agências se encarnam em memórias e práticas que fazem frente à invisibilização do lugar e das pessoas. As trajetórias de três mulheres apresentadas assumiram a tarefa de recuperar espécies frutíferas nativas da Mata Atlântica.

O conceito que orienta a leitura dessas trajetórias é o enraizamento, de Simone Weil (2022), articulado à reflexão teórica do estatuto das entrevistas enquanto fonte e rastro. Para narrar uma história agroambiental partindo desses rastros, utilizo o método da montagem, proposto por Paola Berenstein Jacques (2018). Minha hipótese é que o procedimento de análise triangulada das trajetórias permite a *montagem* de histórias do extremo Sul a partir dos seus fios narrativos, que não seriam possíveis de outra maneira. Comum às trajetórias, destaca-se o *enraizamento* como um processo de construção de vínculos emocionais com o lugar e com espécies nativas, entretanto, diferem na forma, abordagem e relação com as políticas implantadas.

Marlene iniciou seu processo de enraizamento a partir do seu restaurante, mantido por trinta anos na Praça Júlio César Campos, de frente para a igreja de Santa Cruz dos Parelheiros. O costume de fazer doces e licores com os frutos do cerrado despertou a curiosidade dela conhecer os frutos da Mata Atlântica, que elegeu o cambuci (*Campomanesia phaea*) como símbolo maior desta adaptação ao novo bioma. No início dos anos 2000, em parceria com a Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica (AHPCE), Marlene fez um levantamento dos cambucizeiros presentes nos quintais das casas da região e participou dos primeiros anos da Rota Gastronômica do Cambuci, ações que auxiliaram no estreitamento de laços com outras pessoas interessadas no fruto e em sua recuperação.

Além do contato pontual em seu novo restaurante, na Estrada de Parelheiros, minha interlocução com Marlene se consolidou no projeto Matrizeiras¹ através do qual também pude conhecer seu sítio. Outro momento de interação ocorreu na Festa do Agricultor (23 e 24 de março de 2024), quando notei sua inserção social ao interagir com moradores, feirantes, servidores públicos e políticos presentes. A entrevista ocorreu em seu restaurante, no final do expediente, no dia 28 de maio de 2024.

No início dos anos 2000 Alice procurou assistência técnica junto à Casa de Agricultura Ecológica (CAE-Sul) após assistir uma reportagem que alertava sobre a ameaça de extinção da palmeira juçara (*Euterpe edulis*). Em seu sítio havia algumas dessas palmeiras e desde então vem conservando os berçários naturais e experimentando consórcios de plantio e o aproveitamento integral dos frutos. Ao longo destes vinte anos de participação em projetos e programas diversos,

¹ Atuei como voluntária da Associação Bauhinia Eco-Social no projeto “Matrizeiras”, com financiamento do Fundo Casa. Ao longo de 10 meses o projeto organizou visitas nos sítios de agricultores para mapeamento de árvores nativas que servissem como matrizes para coleta de sementes e produção de mudas, o sítio de Marlene foi um dos locais visitados.

procurou enraizar-se na constituição de entidades comunitárias, mas por discordâncias afastava-se. Recentemente seu engajamento centra-se em recepcionar grupos em sua propriedade. Além disso, a partir de sua seleção e participação no Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em Áreas de Proteção aos Mananciais (PSA Mananciais), teve seu trabalho de conservação reconhecido pelo município.

Meu contato com Alice aconteceu através da minha participação no seu evento piloto da “Parada Ecológica” (9 de março de 2024), soube do evento pelas redes sociais e me inscrevi. Embora ela estivesse fazendo a recepção de grupo pela primeira vez, a programação e estrutura impressionaram: incluiu transporte, almoço farto, camisetas e canecas estampadas com o nome do evento e do sítio, roteiro pela mata abordando conteúdos de educação ambiental, relatos sobre o lugar e as atividades de preservação da família. Após esse primeiro contato, retornei a seu sítio para entrevistá-la em 11 de junho de 2024. Posteriormente mantivemos contato para elaborar um projeto de beneficiamento da juçara e fortalecimento das redes locais para sua conservação, e fiz uma nova visita a seu sítio durante a vivência pedagógica de uma escola municipal, em 31 de outubro de 2025. Em pouco mais de um ano Alice logrou acesso a dois programas municipais que valorizam propriedades rurais: o Rolê Agroecológico, da Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Vai de Roteiro, da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR).

Ao mudar-se para o sítio da família e notar a dificuldade de se estabelecer, Leila buscou enraizar-se através do envolvimento com a comunidade e o conhecimento ambiental. Após aprender o cultivo de shitake e fundar um instituto de educação ambiental, seu sítio passou a receber visitas de interessados e sediou muitas das reuniões do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos. Leila atuou como multiplicadora de boas práticas ambientais através de projetos socioambientais, a partir dos quais construiu um viveiro de mudas nativas na propriedade. Desde 2018 sua propriedade é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), instrumento que julga proteger seu trabalho de conservação para as futuras gerações.

Minha primeira visita ao sítio de Leila foi em 2012, quando participei do mutirão de construção de um sistema de tratamento de esgoto ecológico. Na época conheci seu trabalho de recuperação da juçara, cultivo do shitake e os seus respectivos beneficiamentos. Em 2023 retomei contato para convidá-la a participar dos encontros do projeto de identificação de matrizes de árvores nativas (ver nota 2). Por coincidência, Leila havia elaborado uma proposta semelhante na década anterior, projeto que foi financiado pelo Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA). A entrevista foi realizada em 05 de junho de 2024 em seu sítio.

Além da recuperação de nativas, as três mulheres possuem outras semelhanças em suas trajetórias, nenhuma delas é nascida no extremo Sul, nem possuía vínculos familiares antes de se mudar para a região. Os locais de origem e o momento de chegada, entretanto, diferem bastante. Alice e Leila vieram da própria zona Sul, dos bairros de Varginha, em 1996, e de Veleiros, em 2002 respectivamente, enquanto Marlene migrou de Brotas de Macaúbas, Bahia, em 1987. Elas também têm em comum profissões e atividades urbanas que foram mantidas em boa medida, seja como parte importante da renda familiar, seja como experiência aplicada em suas novas iniciativas. As propriedades, com exceção de Marlene que arrenda o sítio, são próprias, condição que pode justificar parte dos esforços de preservação empreendidos.

A decisão de conservar — e, mais do que isso, de recuperar e multiplicar iniciativas envolvendo espécies nativas — surge no início dos anos 2000. Naquele período, o debate ambiental se consolidava nas políticas públicas municipais, favorecido pela criação de órgãos públicos

especializados e pela destinação de recursos na década anterior. Nesse contexto, a montagem dos fragmentos de memória das entrevistadas permite compor uma história da recuperação de nativas como parte da história agroambiental da cidade. A aproximação entre seus relatos e as informações que deles emergem revela uma rede de relações que conforma histórias de proteção e recuperação ambiental, envolvendo instâncias políticas, organizações da sociedade civil e iniciativas individuais.

Enraizamento e ação política para pertencer

O enraizamento é talvez a exigência mais importante e ignorada da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos presságios do porvir. Participação natural, isto é, suscitada automaticamente por lugar, nascimento, profissão e ambiente. Todo ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 2022, p. 65)

A função primeira do enraizamento é tornar o sujeito participante, para que permaneça pertencente a uma coletividade que satisfaça alguma exigência de sua alma. Esse enraizamento se dá por diferentes estratégias, conformando múltiplas raízes. Uma delas, no caso das mulheres entrevistadas, se estabelece por meio da recuperação de frutíferas nativas, uma atividade em que se entrelaçam tanto as dimensões emocionais e pessoais de cada uma, quanto as dimensões sociopolíticas, contingenciais e históricas do lugar.

O enraizamento é o processo contínuo que cada uma realiza para construir um sentido de pertencimento, inclusive mobilizando a memória. A permanência possibilitada pelo processo de enraizamento não é fixa, mas dinâmica e condicionada a constantes engajamentos e novos enraizamentos. Esse processo contínuo envolve alianças políticas e engajamento comunitário enquanto se elaboram estratégias para permanecer no mato e conservar a mata, multiplicando seus frutos. Estas dimensões territorializadas se conectam com diferentes propósitos e refletem momentos distintos da história das políticas públicas urbanas no espaço rural metropolitano.

Simone Weil ensaia um método espiritual² para “insuflar inspiração em um povo” (WEIL, 2022, p. 209) que segundo a autora só é real se transformada em ação. Assim, a inspiração real só motiva ação por ressoar no coração em algo ali previamente existente. Nesse enquadramento, entre as motivações para se engajar na recuperação de espécies da Mata Atlântica há aquela que ressoou nos corações das mulheres e as inspirou para ação política.

Deste modo, compreendo a recuperação das nativas como um processo de enraizamento das mulheres no território, fazendo delas agentes participantes. Elas se inspiraram para essa ação

² A primeira parte do livro intitulada “As exigências da alma” anuncia sua preocupação espiritual de base filosófica e tinha como pano de fundo histórico a ocupação nazista da França. Escrevendo o texto em Londres, no exílio, Weil buscava articular sua formação filosófica e experiências religiosas em um método capaz de mobilizar o movimento de resistência francês. Embora fosse de família judia, Weil estudou profundamente a doutrina católica, e mesmo sem professar a religião, adotou práticas identificadas com as cristãs. Na última parte do livro, “O enraizamento”, a autora afirma que desde o Renascimento se reconhece haver “um método nas coisas espirituais” e reforça: “Tudo na criação está sujeito ao método, inclusive os pontos de interseção entre este mundo e o outro.” (WEIL, 2022, p. 210)

como forma de atender a uma exigência da alma, alinhada à participação social natural que o extremo Sul e sua história suscitam.

Pensar por montagens: o estatuto da entrevista como fonte e como rastro

A aproximação dos relatos individuais revela vínculos com dinâmicas históricas da cidade, particularmente aquelas que produziram degradação ambiental e desencadearam ações de recuperação. Para contar sua história individual as mulheres mencionaram projetos, instituições e políticas públicas com as quais se envolveram ou destacaram como importantes. Portanto, suas histórias são lampejos de um passado e de futuros: delas se depreendem fragmentos para a montagem tanto de uma história de recuperação ambiental do lugar, quanto de impulsos para novas iniciativas. Perseguindo o método de “pensar por montagens”, proposto por Paola Berenstein Jacques (2018), parto dessas memórias e busco aproximá-las em um quadro histórico mais geral.³

O método de “pensar por montagens” permite aproximar temas, conceitos ou imagens que não mantêm relações diretas entre si, mas que, justamente nos intervalos e nas lacunas, revelam lampejos do passado. Nesse sentido, embora Marlene, Leila e Alice compartilhem o território e a prática de recuperar espécies nativas, suas trajetórias não se conectam de forma articulada nem colaboram entre si nessa atividade. Ainda assim, quando aproximados, seus relatos iluminam a trama histórica do extremo Sul e evidenciam questões centrais do território — como os mananciais e a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica.

Certamente as histórias dessas três mulheres não se reduzem à recuperação de espécies nativas; contudo, é a partir dessa prática que se revelam as conexões entre políticas agroambientais, iniciativas da sociedade civil e motivações próprias, traduzidas e adaptadas por cada uma segundo o que faz sentido para si e para sua comunidade. Nesse conjunto, seus relatos formam fragmentos que, montados, compõem a história que se concretiza na recuperação ambiental cotidiana, na escala das mudas e das sementes.

Nesse sentido, as entrevistas são fontes privilegiadas a partir das quais a composição de uma história é montada. Para Peter Hüttenberger as fontes históricas são substitutos do objeto da história, dado que este último desaparece como evento levado a efeito. (HÜTTENBERGER, 1992, p. 253) Contudo, entre a ação e suas fontes há uma distância que representa perda de informação. Ao examinar uma carta, o autor diferencia dois tipos de fontes: aquelas que são elas mesmas resíduo de ação, dos relatos da ação. De modo que a carta analisada possui ao mesmo tempo ambos os tipos. É tanto o resíduo do ato de escrever daquele remetente, quanto é um relato por seu conteúdo que narra ações distantes do momento da escrita da carta. (HÜTTENBERGER, 1992, p. 256)

Semelhante a carta em Hüttenberger, Verena Alberti retoma a reflexão do autor para pensar a história oral e o uso de entrevistas enquanto fonte. A autora sugere que a entrevista é resíduo da interação entre a pessoa entrevistada e entrevistadora, assim como de uma ação específica de ambas na interpretação do passado. Ela defende que “[t]omar a entrevista como resíduo de ação,

³ O método baseia-se fundamentalmente no método de produção de conhecimento desenvolvido por Aby Warburg em *Atlas Mnemosyne* articulado aos conceitos de *Nachleben* — as sobrevivências ou lampejos mnemônicos; e o princípio da montagem literária proposta por Walter Benjamin em *Rua de Mão Única* para propor “uma outra forma de narrar, de escrever a história”. (JACQUES, 2018, p. 209–215)

e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória.” (ALBERTI, 1996, p. 4) No momento da entrevista, distante da ação que relata, as entrevistadas se valem da memória não apenas da ação em si, mas chamam a atenção para as relações necessárias para a recuperação das nativas, daquilo que conceberam como vivido. Quero então destacar e desenvolver o resíduo de ação constante no relato das mulheres na interpretação desse passado.

As políticas públicas e/ou instituições lastreiam a memória da atividade individual das três mulheres. Isso ocorre, primeiro, porque suas atividades se relacionam com aquela política ou projeto institucional. Segundo porque os rastros da atividade em si nem sempre foram documentados e registrados, mas a política ou projeto sim. Desse modo, toma-se de empréstimo a densidade de relatos de ação documentados para dar suporte à memória.

Outro elemento interessante, é pensar a entrevista como interação dialógica entre as minhas intenções como entrevistadora e o modo como cada entrevistada mobiliza sua memória. Ao me apresentar como arquiteta interessada na história do extremo Sul a partir das histórias dos agricultores, minhas interlocutoras provavelmente modularam seu discurso a partir desse estímulo, destacando, por exemplo, as instituições que julgaram relevantes para os agricultores. Que outros destaques revelariam se minha aproximação inicial fossem as espécies nativas? Ao mesmo conteúdo eleito como “vivido conforme concebido” é conferido narrativas e contornos distintos, a depender para quem se fala e como se escuta.

Provocada pelo eixo do simpósio, o material das entrevistas a partir da noção de rastro se aproxima do que Hüttenberger descreve como resíduo de ação.⁴ Os rastros de um evento passado podem ser os resíduos de ação daquele evento. Nas entrevistas, foi comum que a memória a respeito da atividade individual se apoiasse em um rastro-resíduo de ação que não é, em si mesmo, resíduo de sua ação individual. Por exemplo, a lei que criou a Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos não é, em si, resíduo de ação da atividade específica de Leila na recuperação de nativas da Mata Atlântica. Não é possível, no exame da lei, encontrar os rastros dos eventos que constituíram essa atividade individualmente. Mas é a partir da criação da APA, enquanto relato de ação e ação política, incluindo aí a constituição do Conselho Gestor da APA, que Leila pode se inserir na teia de eventos que tiveram como resultado os projetos de recuperação de nativas.

É importante frisar que as memórias se valem dessas referências — momentos marcantes em suas próprias trajetórias —, mas ao perseguir esses indícios não se recupera a memória em específico. Os resíduos de ação aos quais a memória vincula sua ação específica — a recuperação de espécies nativas — não oferecem elementos capazes de reconstituí-la, a não ser por sua materialidade: mudas, matas e sementes, além de todas as relações que estabeleceram a partir disso.

Os rastros permitem, todavia, situar as ações individuais em uma teia de eventos mais ou menos impulsionados por uma gama de ações políticas. Nos três relatos ganha relevância os programas e políticas setoriais desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), entre outros programas e instituições de pautas ambientalistas. Assim, reforça-se enquanto memória coletiva o lastro institucional como resíduo de ação. As ações práticas para recuperar nativas decorreram da participação em programas e projetos distintos. Apesar de ações

⁴ Vejo semelhanças nas definições de Peter Hüttenberger e Carlo Ginzburg (2007). O “relato de ação” está para o “fio de Ariadne”, assim como o “resíduo de ação” está para o “rastro de Teseu”.

semelhantes, elas apontam caminhos diferentes para Marlene, Alice e Leila. O processo de enraizamento reforçado pela iniciativa ambiental prossegue de diferentes formas.

A chegada e as relações: entre agricultura e conservação

No relato e no trabalho de Marlene, suas origens baianas e o passado rural da família se entrelaçam ao processo de se estabelecer no bairro. Esse legado cultural se expressa no constante intercâmbio de plantas e frutos entre Parelheiros e a Bahia, no conhecimento de ervas e na relação que estabeleceu com o cambuci, que para ela lembra o umbu (*Spondias tuberosa*). Para sustentar seus sete filhos, precisava trabalhar perto de casa⁵ e decidiu transformar o bar mantido pelo (ex) marido e um sócio em restaurante, comprando a parte deste último.



Figura 01: Frutos do cambucizeiro, plantados por Marlene. Fonte: da autora, abril de 2024.

Pouco tempo depois de sua chegada em Parelheiros, os agricultores da região sofreram uma grande crise com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) em 1994. Ela se recorda que ninguém queria falar de agricultura, os únicos que conseguiram manter a atividade foram os produtores que vendiam diretamente para a Central de Abastecimento (CEASA). Nessa época, sem mercados e sacolões nas proximidades, Marlene comprava batata, chuchu, repolho, quiabo, entre outras hortaliças direto dos agricultores da região para suprir seu pequeno restaurante. Desde o começo de sua trajetória como cozinheira e comerciante em Parelheiros ela estabeleceu relação com os agricultores, visitando suas roças, e comprando os produtos locais, costume que também reconhece como proveniente de suas raízes baianas. Portanto, a agricultura da região foi fundamental para o seu restaurante e seu enraizamento.

⁵ Informação retirada do Doc-Filme “P.A.R.E.L.H.A – Um olhar sobre a realidade” disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=oltK-rkwCec> > último acesso em 15/09/2025.

A família de Alice também migrou da Bahia para São Paulo e mantinha um quintal produtivo. Ela lembra que ainda criança ajudava a debulhar o feijão guandu (*Cajanus cajan*) plantado por sua avó no terreno vizinho desocupado. Em 1996, poucos anos depois da falência da CAC, Alice saiu do Varginha, bairro em que cresceu, e comprou a chácara em bairro mais afastado, no Jardim Santa Cruz, um loteamento regularizado. Conforme recorda, a decisão por mudar para um lugar mais afastado foi mais em razão das condições financeiras que a impediu de comprar um lote no Varginha.

Na primeira década dos anos 2000 começou a frequentar a subprefeitura de Parelheiros, local em se instalou a Casa de Agricultura Ecológica (CAE-Sul), buscou auxílio para elaborar um projeto de preservação da palmeira juçara e técnicas para a produção de mudas e seu reflorestamento. Com essa aproximação, soube dos projetos de agricultura e participou das iniciativas que a CAE-Sul divulgava. Alice destaca que planta orgânico desde 2008, a partir do curso do Instituto 5 Elementos que abriu sua cabeça.



Figura 02: Berçário natural de juçara, no sítio da Alice. Fonte: Ricardo Jacob, março de 2024.

Também data dos anos 2000 a aproximação de Leila com a agricultura orgânica. Após investir todas as suas economias na construção de um salão de eventos no seu sítio, Leila estava sem fonte de renda e nenhuma demanda de locação apesar de anunciar o espaço. Ela destaca que na época não conhecia a região, nem tinha conhecimento em turismo. A alternativa que encontrou para gerar renda foi a produção de shitake, atividade a partir da qual passou a ficar conhecida e atraiu visitas de interessados ao sítio. Em paralelo, ela e suas irmãs formalizaram um instituto voltado para educação ambiental e trabalhos sociais de capacitação profissional de jovens.

“Por causa do shitake”, Leila estabeleceu relação com a comunidade e com instituições, como a SVMA e a Incubadora da USP. Com a proximidade dos técnicos da SVMA, se envolveu com o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, criada em 2001. Leila atribui à Incubadora da USP e

ao Conselho Gestor da APA o início da agricultura orgânica na região, pois foi graças ao grupo que “foi de porta em porta” conhecer os agricultores e informar a CAE-Sul, à época com apenas um agrônomo. (Leila em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva e Anita Valente da Costa em 05/06/2024) Além dessa contribuição, a Incubadora da USP também executou um projeto financiado pelo FEMA de práticas agroecológicas que tinha como meta tanto a certificação orgânica, quanto a fundação de uma cooperativa.⁶



Figura 03: Salão de eventos em meio à mata de juçaras, no sítio da Leila. Fonte: da autora, junho de 2024.

A chegada e os primeiros anos de Marlene e Alice envolveram a agricultura de modos distintos e complementares. De um lado, a crise econômica do sistema agrícola convencional, do outro a emergência de alternativas. Enquanto Marlene teceu suas primeiras parcerias com os agricultores que sobreviveram à crise, Alice se aliava a instituições que tinham como principal objetivo a preservação da área de manancial através do cultivo orgânico. O relato de Leila aborda outra perspectiva, uma espécie de bastidor: A CAE-Sul depois de oficializada em 2006, necessitou de apoio da sociedade civil organizada — uma instituição de extensão universitária —, para acessar e contatar os agricultores da região. Ao mesmo tempo, por estar instalada junto à subprefeitura, a CAE-Sul tornou-se um ponto de procura da população — agricultora ou não — como mostra o caso de Alice.⁷

⁶ Trata-se da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) fundada em 2011.

⁷ Decreto número 47.280 de 16/05/2006 oficializou a Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira. Em seu primeiro artigo atribui a Casa como um serviço da SVMA sediada na Subprefeitura de Parelheiros.

Durante esse período, a expansão fragmentada e periférica da cidade — em aceleração desde os anos 1970 — levou Parelheiros a registrar, na década de 1990, taxas de crescimento demográfico superiores às do restante do município. (LIMA; RODRIGUES, 2012; SCHLÖGL, 2004, p. 75) Considerando esse contexto de expansão urbana, é de se esperar que a crise financeira dos agricultores também favoreceu o processo de parcelamento e loteamento. Para além das variáveis trazidas à baila pelos estudos urbanos, a falência de uma das maiores cooperativas do país fragilizou a economia local, tornando suas terras mais suscetíveis à venda. Por sua vez, esse avanço sobre os mananciais intensificou a crise no abastecimento de água, face à precariedade dos loteamentos sem destinação correta dos esgotos. (MARTINS, 2006, p. 111)

A institucionalização da pauta ambiental e as ações de recuperação de espécies nativas

No entorno da praça, onde ficava seu restaurante, todas as casas tinham cambucizeiro. No início dos anos 2000 Marlene se aproximou da Secretaria Municipal de Participação e Parceria (SMPP), através da Incubadora de Projetos Sociais Autofinanciados que a conectaram com a AHPCE. Em conjunto com a AHPCE, Marlene fez um levantamento de cerca de oitenta casas que ainda possuíam cambucizeiros. O objetivo era entender quais os usos que faziam do fruto: suco, sorvete e doces. O costume de uso de frutas nativas, que ela denominou como “cultura das avós”, era compartilhado tanto na Bahia quanto em Parelheiros. Nesse mesmo período ela introduziu a fruta em seu restaurante. Marlene recorda que a AHPCE tinha uma parceria com a prefeitura (Incubadora de Projetos e SVMA) para manter as primeiras edições da Rota Gastronômica do Cambuci. O evento anual estimulou Marlene a testar receitas para participar de um concurso e compor um livro de receitas e histórias do cambuci, algo que repete a cada convite de evento que recebe:

As receitas vão surgindo, vão brotando! As receitas vão brotando porque é a necessidade. Você tem necessidade, por exemplo, eu tenho agora que desenvolver umas receitas para um evento. Aí, de umas receitas que você produz, que você inventa, que você combina os sabores sempre tem aquela que é mais aceita, né? Ah, essa receita foi legal. Essas receitas começaram, na verdade, com um concurso lá no início da Rota Gastronômica do Cambuci — a prefeitura patrocinava um livrinho pra gente, um livrinho de receita — tinha uma competição, com iniciativa da Secretaria do Verde, e a gente fazia as receitas para os festivais. Como eu tinha o restaurante, claro que as receitas iam ficando, né? (Marlene em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva em 28/05/2024)



Figura 04: Marlene e Dona Antônio (da esquerda para direita) em evento da Rota Gastronômica do Cambuci, Salessópolis. Fonte: Acervo Instituto Auá, 2012.

Os técnicos da SVMA motivaram Leila a propor projetos nos editais do FEMA, Leila era elegível para os editais em razão da formalização do instituto, estruturação do local e preexistência de projetos voltados para o meio ambiente e formações com a comunidade. Entre 2008 e 2014 o instituto executou cinco projetos fomentados pelo FEMA, entre eles o “Sementes do Futuro Germinando na APA”, que teve por objetivo capacitar pequenos agricultores da APA Capivari-Monos para identificar, colher, beneficiar e armazenar sementes nativas, bem como estimular a produção de mudas.⁸ Este projeto estimulou outras pessoas da região a recuperarem espécies nativas em seus sítios e chácaras, multiplicando a ação para além do período de fomento do fundo. Em seu relato Leila recordou de outras pessoas atuantes no território que “foram picadas pelo bichinho”. Ela destaca a importância dos projetos financiados pelo FEMA para a região na época:

Foi o alicerce, inclusive da Casa de Agricultura. A Casa de Agricultura não existiria, e não estaria fortalecida hoje e não seria agroecológica se não fosse esse trabalho do Conselho Gestor da APA realizado no período de 2006 a 2012. Então foi um período, até 2012, muito forte. Depois disso, o FEMA se perdeu, a gente não conseguiu mais nada de projetos com o FEMA, esse fundo virou tudo menos trabalho focado aqui na nossa região. Mas serviu para articular as secretarias. E aí tudo era concentrado na Secretaria do Verde, tudo! A Secretaria do Verde não tinha condição para um nada! Mas era tudo no Verde! (Leila em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva e Anita Valente da Costa em 05/06/2024)

⁸ Dados retirados do site do Instituto endereço < www.institutopedromatajs.org.br > último acesso em 15/09/2025.



Figura 05: Cópia fotográfica do folheto síntese do projeto “Sementes do Futuro Germinando na APA”. Fonte: Acervo Instituto Pedro Matajs, 2011.

Embora Leila critique a alteração dos fomentos do FEMA após 2012, tanto ela quanto Alice foram beneficiárias do recente redirecionamento dos recursos do fundo para o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais em Áreas de Proteção aos Mananciais (PSA Mananciais). A importância dada à CAE-Sul e ao FEMA no relato de Leila ganha contornos mais complexos se compreendidos lado a lado com a experiência de Alice. Ela participou de vários projetos voltados à agricultura e ao ecoturismo, alguns dos quais ela avalia criticamente, mas sem ter sido beneficiada no mesmo grau que Leila. Embora mantivesse o cultivo orgânico desde sua primeira formação, sua inserção nessas iniciativas não resultou no mesmo nível de apoio institucional.

Eu já plantava, sempre foi orgânico. Desde 2008 que eu sempre plantei um pouquinho. Em 2008 eu comecei a ir lá na Subprefeitura, teve vários cursos lá. Eu fui até a Subprefeitura por causa da juçara, porque eu vi uma reportagem na televisão falando que ela estava em extinção, estava tendo uma demanda muito grande de corte de palmito. Eu fui lá com esse intuito de fazer um projeto para preservação, fazer as mudas para reflorestamento. A minha história com a juçara é essa. E aí eu levei isso adiante, né? E como a gente nunca mexeu com defensivo, então a gente sempre foi orgânico, aí virou esse negócio de orgânico, melhorar, começar a trabalhar mesmo com mais matéria orgânica, aprender a fazer, aprimorar as técnicas, né? (Alice em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva e Anita Valente da Costa em 11/06/2024)



Figura 06: Alice (à direita) apresentando sua horta durante o evento piloto “Parada Ecológica”. Fonte: Herik Helfstein, março de 2024.

Sua preocupação ambiental tinha nome: Juçara. Foi este nome que a impulsionou, o seu desejo desde o início era produzir mudas para reflorestamento. Juçara. Foi este nome que a fez procurar assistência técnica pública para tomar providência a respeito. Ao saber das ameaças de extinção da palmeira juçara uma relação diferente com a mata de seu sítio se iniciou. Concomitante a isso, as iniciativas de promoção da agricultura orgânica, lideradas pela SVMA via CAE-Sul, estavam se estruturando. Assim, boa parte da assistência técnica acessada por Alice na Subprefeitura de Parelheiros, através da CAE-Sul, incentivava a agricultura como ferramenta de preservação ambiental e geração de renda. Já sobre a restauração ecológica, com plantio de espécies nativas a informação e incentivo eram menos frequentes e priorizados.⁹

Nesse contexto, durante boa parte do tempo preservar a juçara significou “não mexer”, conforme seu relato, foi um período no qual o pessoal “colocava muito o pé em cima”. (Alice em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva em 31/10/2025). Desde o início sua intenção era produzir mudas de juçara para reflorestamento. Apenas mais recentemente — contemporâneo ao evento piloto da “Parada Ecoturística” e após interromper sua atividade como trabalhadora doméstica — é que Alice tem dedicado todo o seu tempo ao sítio e construído uma rede própria de parcerias e acessado incentivos. Dentre eles, destaca-se o PSA Mananciais, edital lançado pela SVMA em

⁹ A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) publicou a Resolução nº 16 em 21 de junho de 1994 que estabelece as normas para exploração do palmito juçara, condicionado o corte a um Plano de Manejo Sustentado. No âmbito federal foi instituída a Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, na qual tipifica como crime o corte e extração de nativas sem prévia autorização. O risco de extinção da juçara era sabido há muito tempo, visto que sua exploração se intensificou desde a década de 1970, mas apenas em 2008 a espécie foi oficialmente listada pelo IBAMA como ameaçada de extinção (Instrução Normativa nº 6 de 23 de setembro de 2008). As resoluções da SMA que dispõem a respeito de critérios e procedimentos para o plantio, coleta e exploração sustentável de espécies nativas datam de 2014 (Resolução nº 14 de 27 de fevereiro de 2014, revogada Resolução nº 189 de 20 de dezembro de 2018). A legislação municipal tende a ser mais restritiva, porém não dispõe de exploração comercial, apenas de autorização de corte (SÃO PAULO, 2017, p. 216). Nota-se que Alice e Leila frequentaram a CAE-Sul no mesmo período e o projeto de Leila com financiamento do FEMA aqui destacado envolvia a criação de viveiros e produção de mudas nativas, seus propósitos eram, frisa-se, de educação ambiental e não de comercialização.

2022 focado nos mananciais para estimular a manutenção e conservação de serviços ecossistêmicos na região usando recursos do FEMA. (SÃO PAULO, 2022)

Agora com o pessoal do PSA está diferente, eles estão me falando que eu tenho que começar, para não esperar a iniciativa de ninguém para preservar a juçara. E foi o que aconteceu com a Parada Ecológica, né? Eu não consegui apoio do pessoal do Vai de Roteiro, e aí eu fiz por mim mesma. Eu comprei uma van com meu marido e a gente começou a fazer esse trabalho para trazer o povo para cá, entendeu? Então, a gente tá fazendo em média uma vez por mês, ou a cada dois meses, né? Todo o meu dinheiro foi investido aqui! Então assim, a gente faz por amor porque se você pensar mesmo financeiramente é muito difícil. E é isso, eu tô brigando pra isso, a gente tá partindo da concepção de receber, não quero abrir o espaço para muita gente, mas receber algumas pessoas para que eu consiga me sustentar, entendeu? Eu gostaria muito que fosse para o público local mesmo, sabe? É isso que eu quero. O plantar também, é plantar mesmo para consumo próprio, mas com a sobra conseguir ter uma renda para me sustentar. Então assim, eu quero que o sítio se torne autossustentável, né? É isso que eu quero, produzir os próprios insumos, sabe? (Alice em entrevista concedida a Tania Knapp da Silva e Anita Valente da Costa em 11/06/2024)

Os relatos apontam para uma atuação da SVMA na região há pelo menos 20 anos, após o próprio órgão completar a primeira década de institucionalização. Na esteira da redemocratização e emergência dos movimentos e organizações ambientalistas, o debate ambiental no Brasil ganhou relevo com a realização da Rio-92. A segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92, marcou a institucionalização da pauta ambiental no país.¹⁰ Exemplo disso na esfera federal está a criação do Ministério do Meio Ambiente no mesmo ano. (SILVEIRA, 2021)

No âmbito municipal, muito embora a cidade de São Paulo sob gestão de Luiza Erundina tenha ampliado seus canais de participação social, ao movimento ambientalista não foi concedido um conselho específico do meio ambiente. A criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) e da SVMA ocorreu no ano seguinte, em 1993, pelo prefeito sucessor, Paulo Maluf. Seu objetivo principal, entretanto, era “trazer, para o âmbito municipal de governo, as decisões sobre EIA/RIMA” (Estudos de Impacto Ambiental e Relatório da Impacto Ambiental), facilitando assim, a execução de obras, muitas delas em áreas ambientalmente sensíveis. (ANCONA, 2002, p. 264)

¹⁰ No período da ditadura militar houve a instituição de um órgão ambiental federal, que ocorreu em 1973 como forma de desembaraço das críticas internacionais após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida no ano anterior em Estocolmo. Tratava-se da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior. Na transição democrática, no governo de José Sarney, as pautas urbana e ambiental dividiram a pasta do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, que foi dissolvido e transformado em Secretaria por Fernando Collor. Após o *impeachment*, em 1992, o então vice Itamar Franco assumiu a presidência da República e instituiu o Ministério do Meio Ambiente nos moldes que até hoje prevalecem. (SILVEIRA, 2021)

Também data do ano de 1993 o Projeto de Lei (PL) de criação da APA Capivari-Monos, encaminhado para tramitação em 1996 e sancionada em 2001. O PL da APA foi fruto do diagnóstico do papel da agricultura na região do extremo Sul, realizado pelos técnicos da SVMA a partir de visitas técnicas em diálogo com conselheiros do CADES para a construção de uma Agenda 21 local. (COURI, 2021, p. 52–53)

Os relatos de Marlene, Leila e Alice revelam que a atuação da SVMA e de instrumentos como a CAE-Sul, o FEMA e a criação da APA Capivari-Monos foi decisiva, embora marcada por ciclos de fortalecimento e retração ao longo das últimas décadas. A institucionalização da pauta ambiental nos anos 1990 criou condições e oportunidades, mas não determinou linearmente os caminhos da preservação. Em montagem, suas trajetórias mostram que a recuperação de espécies nativas se materializa na confluência entre marcos institucionais e práticas cotidianas — na cozinha, no viveiro, na roça, na mata — e que a continuidade dessas ações se realizou menos em virtude de políticas agroambientais e mais da persistência das relações comunitárias e dos gestos diários que sedimentam o cuidado com o território. Isso não significa, entretanto, que as políticas não sejam fundamentais, mas sim que precisam ser mais amplas, estáveis e inclusivas.

A justaposição desses fragmentos evidencia que nenhuma dessas trajetórias se explica apenas pela ação individual nem exclusivamente pela ação institucional. As entrevistas funcionam como rastros-resíduos de ação: marcas sobreviventes de práticas, interações, escolhas e silenciamentos, que ganham inteligibilidade quando aproximadas em constelações. É nesse espaço entre relatórios, editais, conselhos, cozinhas, mudas e sítios que se percebe os entrecruzamentos entre políticas públicas, iniciativas comunitárias e motivações próprias. A história que emerge é híbrida, pública e doméstica ao mesmo tempo, composta por traduções, reapropriações e sobrevivências que, juntas, delineiam a formação da agenda agroambiental no extremo Sul de São Paulo.

Conclusão: enraizar pela ação no território

As três mulheres relatam sua ação prática na recuperação de espécies nativas da Mata Atlântica: Leila estruturou um viveiro a partir de um projeto de beneficiamento das sementes, identificação e gestão de matrizes, através do qual transmitiu esse saber a outras pessoas da região. Marlene fez um levantamento dos cambucizeiros nos quintais de casas da região, produziu mudas em vasos na própria casa e estimula a valorização do cambuci ao integrá-lo em receitas em seu restaurante. Alice conserva a mata de sua propriedade, mantém berçários de juçaras e explora consórcios de plantio e o aproveitamento integral do fruto.

Ao narrar estas ações práticas de recuperação das nativas cada uma estabelece vínculos pessoais em ações políticas locais. Em que pese a importância dos investimentos públicos e das pressões internacionais para institucionalizar a pauta ambiental, são as ações locais, em geral mantidas com recursos próprios e seus vínculos emocionais, que gestam, sonham, executam, adaptam e multiplicam a recuperação. Deste modo, há uma dupla limitação: a da oscilação dos incentivos públicos, e da restrição própria da ação individual.

Nesse sentido, o caso de Leila é emblemático, pois foi a partir de sua proximidade com os órgãos ambientais e a estruturação do seu instituto que propiciou os investimentos necessários para executar o projeto do viveiro. Após o período de financiamento, porém, o trabalho continuou com recursos próprios e se desdobrou no esforço de manter a conservação para gerações futuras através da criação a RPPN. As atividades do instituto diminuíram significativamente, seja pelas alterações

de escopo dos editais FEMA, seja pelo menor engajamento pessoal de Leila em propor e gerenciar projetos.

Marlene destaca em sua trajetória com o cambuci a parceria com a AHPCE, atualmente Instituto Auá, no levantamento dos cambucizeiros, no estímulo em criar receitas e na construção da Rota Gastronômica do Cambuci. Todavia, o cuidado das mudas, a manutenção do restaurante e do relacionamento com os agricultores e sitiantes produtores de cambuci se realiza por meio do trabalho cotidiano de Marlene e sua família. Assim, os estímulos e parcerias são suportes e catalisadores de ações, mas não são a ação em si, nem sustentam sua continuidade.

Isso fica patente no relato de Alice que participou de muitas iniciativas e projetos — vinculados direta ou indiretamente com as políticas públicas agroambientais e de geração de renda. Apesar disto, ela raramente foi contemplada pelas entidades que ajudou a construir. Pelo contrário, ao buscar assistência técnica para produzir mudas de juçara para conservação da espécie, lhe foi sugerido fazer cursos de agricultura orgânica, afastando-a de sua motivação pessoal. Em contrapartida, Alice busca criar alternativas locais e de base comunitária independentes. Seu trabalho com a juçara acontece à revelia de qualquer fomento.

Ao recuperar o histórico das políticas, dos programas e projetos aos quais se vinculam afere-se tanto a relevância destes sobre as ações individuais, quanto o esforço individual proporcionalmente maior nos três casos para a continuidade das ações. Nesse sentido, o processo de enraizamento se realiza através de ações formadoras de conhecimentos que as politizam: A prevalência da ação individual tece redes e constrói as relações coletivas e comunitárias e por isto não deve ser confundida com o individualismo.

Vale ressaltar que a biodiversidade e a conservação ambiental dependem de comunidades territorializadas. Muitos estudos destacam o papel de populações tradicionais na proteção e conservação das florestas e das águas. (BERKES, 2012; DAWSON et al., 2021; DIEGUES, 2019; NOBRE et al., 2016) Apesar de concordar com isso, vale dizer que as cidades contribuem para o desmatamento e que as maiores áreas passíveis de recuperação dos remanescentes de Mata Atlântica são particulares. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2025) Logo, evidenciar histórias de mulheres da região rural da maior metrópole do Brasil que se enraízam, recuperam espécies florestais e estimulam outros a fazerem o mesmo possui dupla função. Primeiro, para fomentar a visibilidade de micropolíticas importantes na aplicação ou incremento de projetos e políticas públicas ambientais. Segundo, para destacar a necessidade de populações não tradicionais também se engajarem e somarem na luta pela recuperação e defesa de territórios florestais, especialmente aqueles nas imediações metropolitanas.

O engajamento, nos casos aqui apresentados, não possui os contornos tradicionais de movimentos sociais e populares organizados e podem em alguma medida refletir o contexto neoliberal do qual emergem. A despeito do que um suposto ideal purista que a expressão “defesa de territórios” evoca, os relatos apontam para a diversidade de estratégias dos modos de luta. Entretanto, se observa o estabelecimento do corpo ao território convergindo para a recuperação de nativas como chave comum de seu enraizamento.

Agradecimentos

A pesquisa de campo foi em parte financiada pela bolsa de pesquisa FUSP-Fundação Volkswagen da Alemanha (9A970) através da pesquisa do INSUAH (*Integrated Studies on Urban Agriculture as Heritage*). Meus sinceros agradecimentos à Marlene, Alice e Leila por concederem a entrevista e revelarem tanto de suas histórias, aos fotógrafos Ricardo Jacob e Herik Helfstein por cederem as fotos da Parada Ecológica, e à Anita Valente da Costa pela companhia e troca genuína.

Referências

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. **Anais do II SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL**, Belo Horizonte, [s.p.], 1996.

ANCONA, Ana Lúcia. **Direito ambiental, direito de quem?: políticas públicas do meio ambiente na metrópole paulista**. 2002. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**. 3. ed. New York: Routledge, 2012.

COURI, Fernando Cymbaluk. **Quando a agricultura entra na cena urbana: progressivismo incremental e transição para a sustentabilidade em São Paulo**. 2021. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

DAWSON, Neil et al. The role of Indigenous peoples and local communities in effective and equitable conservation. **Ecology and Society**, [S. l.], v. 26, n. 3, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 50, 2019.

GINZBURG, Carlo. **O Fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HÜTTENBERGER, Peter. Überlegungen zur Theorie der Quelle. Em: **Einführung in die Interpretation historischer Quellen**. Schwerpunkt: Neuzeit Paderborn: Schöningh, 1992. p. 253–266.

JACQUES, Paola Berenstein. Pensar por montagens. Em: JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico - Modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018. v. I p. 206–235.

LIMA, Jacob Carlos; RODRIGUES, Cecília Ponte. Alternativas para geração de emprego e renda em desenvolvimento regional sustentável: estudo de caso do bairro Vargem Grande, subdistrito de Parelheiros, região metropolitana do município de São Paulo. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 85–105, 2012.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP: LABHAB, 2006.

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; BORMA, Laura S.; CASTILLA-RUBIO, Juan Carlos; SILVA, José S.; CARDOSO, Manoel. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, [S. l.], v. 113, n. 39, p. 10759–10768, 2016.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto De. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. 2017. Tese de Doutorado em Administração de Empresas - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

SÃO PAULO, (Cidade). **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo**. São Paulo, SVMA, 2017.

SÃO PAULO, (Cidade). **EDITAL FEMA No. 04/2022**. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2022.

SCHLÖGL, Ana Karina da Silva. **A lei de proteção aos mananciais e mercados de terras: um estudo sobre loteamentos clandestinos**. 2004. Dissertação de Mestrado em Economia - Unicamp, Campinas, 2004.

SILVEIRA, Jessica Garcia Da. A Rio-92, os movimentos ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 7–36, 2021.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Onde a floresta retorna e persiste: a recuperação da Mata Atlântica começa nas pequenas propriedades**: CCD Estratégia Mata Atlântica. Itu: SOS Mata Atlântica, 2025.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no município de São Paulo**. 2013. Dissertação de Mestrado - Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**. 1ª edição ed. Belo Horizonte, MG: Editora Âyiné, 2022.